

Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO



Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana - Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú
Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

ATA 008/2024

1
2 No dia 17 de outubro de 2024, às 12h00, os Secretários de Saúde (SMS) da 11ª Regional
3 de Saúde reuniram-se no Parque das Gabirobas em Roncador Pr, convocados pelo
4 presidente do CRESEMS, Sr. Marcelo Francisco de Matos, para realização da reunião do
5 CRESEMS. A agenda incluiu as seguintes pautas; **1. Programa saúde digital, 2. Ofício de**
6 **Campo Mourão. 3. Encerramento da Gestão.** Marcelo inicia a reunião agradecendo a
7 presença de todos e passa palavra para a apoiadora Éllen que apresenta a pauta inicial: **1.**
8 **Programa Saúde Digital.** Ela explica que, no âmbito do SUS Digital, estamos na fase de
9 elaboração do plano, após a conclusão de um diagnóstico e levantamento situacional. O
10 comitê estadual já elaborou algumas propostas, que foram discutidas em reuniões
11 anteriores. Assim como na Programa Mais Acesso a Especialistas (PMAE), as Oferta de
12 Cuidados Integrados (OCIs) também foram consideradas na construção deste plano. Éllen
13 destaca que este será um plano macro, a ser inserido no INVESTSUS pelo estado, o que
14 significa que os gestores não precisam criar seus próprios planos, porém devem inserir essa
15 política nos Instrumentos de gestão. Ela traz as propostas discutidas anteriormente e
16 convida os gestores a contribuírem com sugestões adicionais. As propostas visam
17 aprimorar serviços já existentes no estado e incluem ações afim de aprimorar os serviços.
18 Para isso, foi discutida a adesão ao ESTAR LINK, uma solução de internet via satélite, que
19 pode ser uma alternativa viável para regiões sem infraestrutura terrestre. Equipar salas de
20 telemedicina nas UBS: A proposta é equipar pelo menos uma sala por município para
21 realizar teleconsultas. Éllen compartilha uma experiência positiva de um município que
22 implantou telemedicina. Ampliar o telediagnóstico em dermatologia: A proposta visa garantir
23 que todos os municípios tenham pelo menos um equipamento para diagnóstico de
24 dermatologia facilitando o acesso à saúde dermatológica. Telediagnóstico de
25 eletrocardiograma: A ideia é que os eletros sejam enviados a cardiologistas para laudo, que
26 retornam à atenção primária, otimizando o atendimento. Teleconsultoria em hanseníase:
27 Diante das dificuldades enfrentadas na atenção a essa doença, a ampliação da
28 teleconsultoria é uma prioridade. Teleconsultoria e telematriciamento em TEA: A proposta
29 busca aumentar a adesão a esses serviços, que já estão em operação em algumas
30 localidades. Implantar serviços de teleconsulta e teleconsultoria: É essencial que os
31 profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) sejam capacitados para essas novas
32 modalidades de atendimento, superando resistências. Diretrizes de saúde digital nos planos
33 municipais: A inclusão de diretrizes de saúde digital nos planos municipais é fundamental,
34 pois atualmente não existem orientações nesse sentido. Éllen questiona se todos os
35 gestores tiveram a oportunidade de ler a portaria, que se divide em três eixos. O primeiro
36 eixo visa promover a utilização de tecnologias em saúde nos serviços de saúde. O segundo
37 eixo foca no fomento à cultura de saúde digital, incluindo a formação e educação
38 permanente. Éllen enfatiza a importância de oferecer treinamentos em áreas como tele-
39 educação, SUS Digital, informática, indicadores de saúde e políticas nacionais, sempre

Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO



Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana - Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú
Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

40 respeitando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ela menciona a necessidade de
41 capacitação na Rede Alyne, voltada à saúde materna e infantil, uma das mais estruturadas
42 do estado. Éllen destaca a importância de reorganizar essa rede para integrar o
43 teleatendimento, além de abordar as temáticas relacionadas à rede de urgência e
44 emergência, doenças crônicas e cuidados para pessoas com deficiência. Ela ressalta que a
45 capacitação presencial é essencial, especialmente em relação à nova Política Nacional de
46 Atenção Especializada (PNAE) e ao novo modelo de faturamento. Em relação ao sistema
47 Esus Regulação, Éllen informa que já disponibilizou um link de treinamento para os
48 gestores, incentivando-os a explorar mais sobre o sistema e seu manuseio. No terceiro eixo,
49 a proposta traz a garantia da interoperabilidade e a análise de dados e informações de
50 saúde. Ela observa que, apesar de serem gerados muitos dados na saúde, frequentemente
51 esses dados não chegam ao Ministério da Saúde, ou, quando chegam, não são
52 compreendidos adequadamente. Éllen orienta os gestores a capacitar suas equipes para
53 analisar essas informações, transformando dados em diagnósticos que possam levar à
54 resolução de problemas. Ela sugere ampliar a oferta de capacitação regional na utilização
55 de sistemas de monitoramento de dados, implantar núcleos de saúde digital nas
56 macrorregiões e desenvolver a interoperabilidade com a Rede Nacional de Dados em
57 Saúde (RNDS). Éllen então pergunta aos gestores se alguém tem propostas ou projetos
58 que gostaria de incluir a partir da publicação da portaria do SUS Digital. Ela menciona que
59 conversou com Grace e Luiz sobre a realização de uma oficina ou discussão regional para
60 definir como avançar nessas ações. Por fim, ela destaca que os recursos da função e
61 subfunção 10.126 estão disponíveis para apoiar o desenvolvimento dessas ações do plano,
62 incluindo as capacitações para o Esus Regulação e outras iniciativas. Em relação à **pauta 2.**
63 **Ofício de Campo Mourão**, Ellen explicou que José será o responsável por abordar o tema.
64 Ela mencionou que o ofício foi repassado nas mesas e enviado ao grupo do CRESEMS,
65 referente ao Ofício N°121/2024 – SESAU – Gerência de Auditoria. Este ofício de Campo
66 Mourão trata de uma auditoria realizada no Ciscamcam, onde foi identificado que alguns
67 procedimentos FAEC foram faturados de forma duplicada. Campo Mourão pagou pelos
68 procedimentos FAEC porque recebeu do governo federal, e o Ciscamcam também emitiu
69 boletos para pagamento, resultando em duplicidade. Diante disso, Campo Mourão solicita a
70 devolução de R\$ 500 mil aos municípios. Ellen destacou que Leandro, coordenador do
71 Ciscamcam, levará esse assunto para discussão no Conselho Curador com os gestores.
72 José então tomou a palavra e explicou que tem sido enfático em algumas auditorias no
73 Ciscamcam, onde foram encontradas discrepâncias entre os valores pagos e os contratados
74 ou processados. Ele mencionou que essa auditoria específica focou no tratamento
75 esclerosante (espuma), faturado via FAEC. Campo Mourão identificou essas discrepâncias
76 e, a partir de então, elaborou um comparativo dos procedimentos faturados para cada
77 município. No ofício, há uma planilha com o que a Ciscamcam lançou, outra com o que foi
78 recebido do Ministério da Saúde, e uma terceira que faz o comparativo entre os dois.

Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde

11^a REGIÃO DE CAMPO MOURÃO



Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana - Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú
Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

79 Segundo José, o problema se prolonga desde que o tratamento esclerosante passou a ser
80 faturado pelo FAEC, o que gerou um valor alto ao longo do tempo. Ele observou que na
81 fatura de setembro, ainda houve duplicidade, com um acréscimo de R\$ 40 mil. José afirmou
82 que Leandro está avaliando internamente a situação, mas que a Ciscomcam continua
83 lançando os procedimentos tanto na fatura quanto no arquivo BPA enviado a Campo
84 Mourão, o que precisa ser corrigido. Ele sugeriu que a Ciscomcam faça o reembolso aos
85 municípios por meio do desconto na fatura. O monitoramento continua para garantir que
86 esse estorno seja realizado, pois, se houve pagamento em duplicidade, o valor deve estar
87 no caixa do Ciscomcam. José destacou que, embora o Ciscomcam possa alegar que o
88 problema é de Campo Mourão, a equipe não tem efetivo suficiente para auditar 100% dos
89 dados diariamente. Assim, a auditoria é feita por amostragem. Ele pediu aos gestores que
90 acompanhem o processo, já que sugeriu que o reembolso ocorresse na fatura de setembro,
91 mas isso ainda não aconteceu, e novos valores foram cobrados. Ele orientou que os
92 municípios cobrem o Ciscomcam em conjunto para acelerar o reembolso e que o sistema
93 seja corrigido para evitar novas duplicidades, pois a cada mês o valor adicional gira entre
94 R\$ 40 mil e R\$ 50 mil. Ellen reforçou a importância da participação dos gestores nas
95 reuniões e salientou que, embora os procedimentos FAEC sejam pagos diretamente pelo
96 Ministério da Saúde, boletos ainda estão sendo emitidos, o que deveria ser questionado
97 pelos gestores. Cada gestor precisa monitorar sua fatura do Ciscomcam, entender os
98 processos e assegurar que os procedimentos estejam sendo faturados corretamente. Ela
99 orientou que, em caso de dúvidas, os gestores procurem Campo Mourão e lembrou da
100 reunião do Conselho Curador, que ocorrerá online no dia 29/10. Ellen também mencionou o
101 risco de duplicidade em exames, como ressonâncias, e alertou que tanto o Ciscomcam
102 quanto os gestores são responsáveis por esses pagamentos, uma vez que assinaturas e
103 liberações de boletos envolvem o uso indevido de recursos públicos quando há duplicidade
104 de procedimentos. Ellen inicia a pauta sobre o **Encerramento da gestão**, destacando que,
105 independentemente de quem continuar à frente, a gestão atual se encerra em 31 de
106 dezembro, dando início a uma nova fase. Ela ressaltou que, em alguns casos, haverá
107 transição de governo e que será fundamental os gestores atuais fornecerem todas as
108 informações necessárias para garantir a continuidade dos processos em andamento.
109 Quanto à transição, Ellen informou que compartilhará uma apresentação com os gestores
110 para análise e frisou que é responsabilidade de cada gestor subsidiar a troca de
111 informações com os novos gestores. Será disponibilizado à nova equipe ou ao grupo de
112 transição todos os dados essenciais para a continuidade dos processos já implementados
113 no município. Entre os principais processos, ela destacou os instrumentos de gestão do
114 SUS. Ellen orientou que os gestores enviem uma cópia do Plano Municipal de Saúde à
115 equipe de transição, uma vez que o plano, válido até 31 de dezembro de 2025, continuará
116 em vigor. Também enfatizou a necessidade de manter o sistema DigiSUS atualizado, pois o
117 Ministério da Saúde utiliza esses instrumentos para monitoramento. Desde 2018, Ellen vem

Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO



Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana - Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú
Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

118 apresentando nas reuniões o status dos municípios em relação ao DigiSUS, lembrando que
119 a responsabilidade de manter o sistema atualizado recai sobre o gestor em exercício,
120 independentemente do ano. Sobre a Programação Anual de Saúde de 2024, Ellen pediu
121 que os gestores apresentem as bases e expliquem a execução. Quem já tiver iniciado a
122 execução deve garantir que esteja aprovada até 15 de abril de 2025. Ela esclareceu que a
123 programação de 2025 será de responsabilidade do gestor em exercício em 2024. Quanto ao
124 Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2023 e anteriores, é responsabilidade do gestor atual
125 garantir que o sistema esteja devidamente alimentado. Já o RAG de 2024 será aprovado
126 pela gestão de 2025, com prazo de aprovação até 30 de março. Ellen recomendou que os
127 gestores deixem o relatório pré-montado para facilitar o processo. Em relação ao Relatório
128 Quadrimestral de Gestão, os gestores já elaboraram três relatórios, e o último deverá ser
129 finalizado pela nova gestão até fevereiro. Ellen sugeriu que o documento seja deixado pré-
130 pronto, com todos os dados que os atuais gestores desejam que sejam considerados na
131 aprovação. Sobre auditorias e documentos de fiscalização, Ellen destacou a importância de
132 apresentar à equipe de transição as auditorias realizadas, seja pelo DENASUS ou pela
133 SESA, bem como as recomendações feitas e as ações adotadas. Esses documentos devem
134 ser protocolados e incluídos no Relatório Anual de Gestão, uma vez que algumas auditorias
135 podem não ter sido concluídas. No que se refere à legislação, Ellen listou todos os
136 dispositivos que tratam do uso de recursos e instrumentos de gestão, para que os novos
137 gestores tenham uma base sólida para dar continuidade ao trabalho. No tocante ao
138 financiamento, Ellen destacou a importância de apresentar os saldos das contas,
139 especialmente as relacionadas ao governo do estado, assistência farmacêutica, APSUS,
140 fisioterapia e transporte sanitário. Também ressaltou que os recursos próprios dos
141 municípios devem ser aplicados 15% e que é fundamental fazer a certificação digital
142 corretamente, mostrando os dados do SIOPS, que são apresentados a cada dois meses.
143 Ela orientou os gestores a manter o SIOPS atualizado e a compartilhar esses dados com a
144 nova equipe. Ellen também abordou a questão dos atos de transposição e transferência de
145 recursos, lembrando os gestores de anexar todos os documentos relacionados a essas
146 operações no relatório de transição, detalhando os recursos federais transferidos e
147 aprovados por resolução do conselho. Sobre a estrutura administrativa, Ellen pediu que os
148 gestores apresentem a estrutura completa da secretaria, incluindo o organograma, relação
149 de servidores efetivos, comissionados e temporários, demonstrativos da folha de
150 pagamento, concursos vigentes, cargos públicos, afastamentos e a implementação do piso
151 de enfermagem. Todos esses documentos devem compor o dossiê a ser entregue à equipe
152 de transição. Ela também orientou os gestores sobre a organização das escalas de plantão
153 e a possível redução do horário de atendimento das UBS no final do ano, informando que
154 essas decisões precisam estar alinhadas antes da transição. No que diz respeito a contratos
155 e convênios, Ellen ressaltou a importância de incluir no relatório todos os contratos vigentes
156 e os recursos a receber ou já recebidos. Ela listou exemplos como os contratos com a

Conselho Regional de Secretarias Municipais de Saúde

11ª REGIÃO DE CAMPO MOURÃO



Altamira do Paraná - Araruna - Barbosa Ferraz - Boa Esperança - Campina da Lagoa - Campo Mourão - Corumbataí do Sul
Engenheiro Beltrão - Farol - Fênix - Goioerê - Iretama - Janiópolis - Juranda - Luiziana - Mamborê - Moreira Sales - Nova Cantú
Peabiru - Quarto Centenário - Quinta do Sol - Rancho Alegre D'Oeste - Roncador - Terra Boa - Ubitatã

157 SESA, projetos de estruturação de rede, licitações e bens patrimoniais. Ellen lembrou que,
158 nos últimos 180 dias da gestão, é vedado aumentar a despesa com pessoal e recomendou
159 que os gestores revisem o Manual de Encerramento de Gestão do TCE, além do manual
160 disponibilizado pelo CONASEMS, que ela também encaminhará aos gestores para análise.
161 Marcelo complementou as orientações de Ellen, alertando os gestores sobre a prestação de
162 contas ao Tribunal de Contas para os novos prefeitos (PCA). Ele ressaltou que o
163 cadastramento dos interlocutores deve ser feito até o dia 23 de outubro. Não havendo mais
164 nada a discutir, Marcelo agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente
165 reunião. A ata foi lavrada por Adriane Cristina da Silva (Assessora Administrativa do
166 CRESEMS) e conferida por Éllen Alessandra de Souza Jesus (Apoiadora do COSEMS). Se
167 fizeram presentes nesta reunião Adriane Cristina da Silva (Assessora Cresems), Camila
168 Kravicz Corchak (Secretaria da Saúde de Campo Mourão), Éllen Alessandra de Souza
169 Jesus (Apoiadora COSEMS), Jair Taborda Ribas (Secretario da Saúde de Nova Cantú),
170 Lucineia Scheffer (Secretaria da Saúde de Mamborê), Roselena Fatima Vieira (Secretaria
171 da Saúde de Ubitatã), Sandra Regina Felix Germani (Secretaria da Saúde de Farol), Monica
172 (Coordenadora APS de Mamborê), Nilda B. Silva (Chefe Farmácia 11° RS), Sonia B.
173 Hernandez (Diretora de Saúde de Juranda), Marcelo Francisco de Matos (Secretario
174 Municipal de Saúde de Juranda e Presidente do Cresems), Grace Kelly L. Mendes (Chefe
175 DVAGS 11° RS), Luiz Carlos (Enfermeiro da Regional de Saúde de Campo Mourão), Muriel
176 (Chefe SCAPS), Jose Carlos N. Palma (Auditoria de Campo Mourão), Roberto Rosa Filho
177 (11° Regional de Saúde).

